

PEDIDO DE INFORMAÇÕES N.º 150/2025

“Solicita informações referentes à execução, fiscalização e regularidade do transporte escolar municipal terceirizado, em razão de denúncia recebida por esta Câmara Municipal.”

Nos termos do artigo 185 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, solicitamos ao Senhor Presidente o encaminhamento deste Pedido de Informações ao Senhor Prefeito Municipal, para que, por meio do setor competente, encaminhe a esta Câmara Municipal as seguintes informações e documentos:

1. **Relação completa de todos os motoristas** que atualmente prestam serviços de transporte escolar à Prefeitura Municipal de Socorro, especificando:
 - a) Nome completo do motorista;
 - b) Empresa à qual está vinculado (ou se é prestador direto);
 - c) Linha ou rota sob sua responsabilidade;
 - d) Tipo e placa do veículo utilizado em cada linha.
2. **Encaminhar cópia dos exames toxicológicos atualizados** de todos os motoristas que realizam transporte escolar municipal, conforme exigência do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e demais normas vigentes, informando também a data do último exame e a previsão do próximo.
3. **Apresentar os comprovantes de qualificação e capacitação profissional** de cada motorista, incluindo certificados dos cursos obrigatórios para transporte escolar (nos termos da Resolução CONTRAN nº 789/2020 e da Lei Federal nº 13.722/2018 – Lei Lucas).
4. **Encaminhar cópia do plano de rotas oficiais** (ida e volta) de todas as linhas do transporte escolar municipal, indicando os horários, os pontos de embarque e desembarque e as escolas atendidas.
5. **Informar os mecanismos de fiscalização** utilizados pela Secretaria Municipal responsável para o acompanhamento das condições dos veículos e da conduta dos motoristas, bem como encaminhar cópia dos relatórios de vistoria realizados neste exercício.
6. **Informar se há registros de reclamações, denúncias ou ocorrências** relacionadas a falhas mecânicas, atrasos, descumprimento de rotas ou condutas inadequadas por parte de motoristas ou empresas, indicando as providências administrativas adotadas em cada caso.
7. É verídica a denúncia de falhas mecânicas e manutenção precária (exemplo: pneus em condições irregulares) nos veículos utilizados pela empresa contratada para o transporte escolar municipal da Rota nº 16?
8. Caso confirmadas as irregularidades, quais providências foram ou estão sendo adotadas pela Secretaria Municipal de Transporte Escolar e pela Secretaria de Educação para garantir a segurança dos alunos transportados?

Câmara Municipal da Estância de Socorro, 16 de outubro de 2025

Tiago Minozzi de Faria
Vereador – Republicanos

JUSTIFICATIVA: O presente Pedido de Informações decorre de denúncia formalmente recebida por esta Câmara Municipal da Estância de Socorro, relatando possíveis irregularidades na prestação do serviço de transporte escolar municipal, incluindo falhas mecânicas em veículos, ausência de comunicação adequada com os pais de alunos e indícios de omissão na fiscalização por parte do setor competente.

Tendo em vista que o transporte escolar envolve diretamente a segurança e a integridade física das crianças e adolescentes do município, torna-se imprescindível a apuração rigorosa das condições de operação do serviço, bem como a verificação da regularidade e capacitação dos motoristas que atuam nas linhas contratadas.

A solicitação de exames toxicológicos, certificados de qualificação, identificação das rotas e relatórios de vistoria visa assegurar a transparência administrativa, o cumprimento das normas legais e a efetiva fiscalização do contrato de transporte escolar, prevenindo riscos e garantindo a segurança dos alunos.

Dessa forma, o presente Pedido de Informações atende à função constitucional e regimental do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, promovendo a proteção da infância e a eficiência do serviço público municipal.

ANEXO

Ao Presidente da Câmara Municipal de Socorro/SP

Eu, Jhonatan Dias Bernardo da Silva, pai e responsável legal de aluna usuária do transporte escolar municipal, venho, respeitosamente, protocolar a presente reclamação já registrada junto à Ouvidoria da Prefeitura em 26/09/2025, a fim de que seja dada ciência a todos os vereadores desta Casa Legislativa.

A denúncia trata de:

Irregularidades no transporte escolar municipal terceirizado (empresa Rocha's Tour – Rota nº 16).

Falhas mecânicas recorrentes e veículos em condições precárias (ex.: pneus estourados).

Atrasos constantes e ausência de comunicação adequada aos pais.

Postura inadequada da monitora e omissão do próprio Secretário Municipal de Transporte Escolar, já cientificado em ocasiões anteriores.

Considerando que:

A segurança das crianças deve ser prioridade absoluta (CF, art. 227 e ECA).

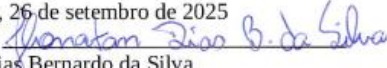
O Legislativo tem função fiscalizatória sobre o Executivo.

Requeiro que esta Câmara:

1. Dê ciência integral do documento a todos os vereadores.
2. Adote providências de fiscalização sobre a conduta da Secretaria de Transporte Escolar e do Prefeito Municipal, diante das omissões relatadas.
3. Informe-me sobre as medidas adotadas por esta Casa Legislativa.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Socorro/SP, 26 de setembro de 2025

Assinatura: 
Jhonatan Dias Bernardo da Silva



REQUERIMENTO

RELATÓRIO – TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL DE SOCORRO/SP

Destinatários:

Secretaria Municipal de Educação Socorro/SP

Secretaria Municipal de Transporte Escolar de Socorro/SP

Câmara Municipal de Vereadores de Socorro/SP

Prefeito Municipal de Socorro/SP

1. Contexto

Eu, Jhonatan Dias Bernardo da Silva pai e responsável legal de aluna usuária do transporte escolar municipal terceirizado da empresa Rochas's Tour, rota nº 16, que transporta alunos do Bairro Barão de Ibitinga para a escola E.E Profª Maria Odette de Oliveira Frattini, venho relatar falhas recorrentes no serviço prestado, assim como a omissão e falta de providências do Secretário Municipal de Transporte Escolar, já devidamente cientificado por mim em diversas ocasiões formais anteriores.

2. Situações recentes documentadas

Conforme registros em anexo (prints de conversas e áudios de WhatsApp, bem como fotografias de pneus em más condições):

No dia 25/09/2025, a van escolar que transportava minha filha apresentou novo problema mecânico, causando atraso de mais de 40 minutos na chegada dos alunos.

Durante esse período, não houve comunicação imediata aos pais e responsáveis, sob a alegação de “falta de sinal de internet”. No entanto, ficou comprovado que a monitora teve condições de contatar o proprietário da empresa para enviar outra van, mas não comunicou os pais no devido tempo.

Causando angústia e preocupação do que fato teria ocorrido com o transporte escolar.

Somente após meus questionamentos no WhatsApp privado é que as monitoras (Letícia e Maria) enviaram mensagens, com tom de vitimização, tentando minimizar ou justificar a falha.

Em áudio, a monitora Letícia (que também é esposa do proprietário Kleber) proferiu fala de cunho intimidador e sexista, afirmando que “homem tem que falar com homem”, tentando transferir a responsabilidade para seu marido e me desqualificando como pai apenas por cobrar informações sobre o transporte escolar. Tal postura caracteriza ameaça velada, discriminação e recusa em assumir responsabilidade profissional.



Além disso, houve insinuação de que minha cobrança representaria uma tentativa de criar “confusão”, quando na realidade exerci apenas meu direito constitucional de proteção e informação sobre a segurança do transporte escolar que transporta minha filha.

3. Irregularidades já comunicadas anteriormente

Já protocolei reclamações formais junto à Secretaria Municipal de Transporte, relatando problemas de atrasos constantes, falha mecânica de veículos, falta de transparência e ausência de informações essenciais, diretamente ao secretário de transporte escolar.

Solicitei formalmente os nomes de todos os motoristas e monitores registrados, mas não obtive resposta completa, recebendo apenas informação parcial.

Também não foi disponibilizado aos pais o plano de roteiro oficial (ida e volta) do transporte escolar.

Em respostas anteriores, a própria Secretaria de Transporte tentou transferir a responsabilidade para os pais e responsáveis quanto aos horários de embarque e desembarque, quando a obrigação de pontualidade, segurança e comunicação é da empresa contratada e do gestor público responsável pela fiscalização.

4. Responsabilidades

1. Da empresa terceirizada

Falha na prestação de serviço essencial.

Ausência de comunicação transparente e imediata aos pais.

Manutenção precária dos veículos (ex.: pneus em condições irregulares).

Postura inadequada da monitora Letícia, com intimidação, sexismo e vitimização.

2. Do Secretário de Transporte Escolar

Já ciente de todas as irregularidades, vem se omitindo em tomar providências documentais, oficiais, muito mais informalmente.

Sua postura caracteriza prevaricação, pois deixa de agir diante de falhas claras do contrato.

Assume, na prática, a responsabilidade por todas as irregularidades ao não fiscalizar a empresa terceirizada.



3. Do Município (Prefeitura e Câmara)

Como poder concedente e fiscalizador, têm o dever legal de garantir a segurança, pontualidade e regularidade do transporte escolar.

A omissão poderá caracterizar responsabilidade administrativa e civil.

5. Fundamentação legal

Constituição Federal (art. 227): prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente: dever do poder público de assegurar transporte seguro e digno.

Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018): reforça a obrigatoriedade de capacitação de profissionais que lidam com crianças, bem como o dever de responsabilidade no cuidado.

Contrato administrativo de prestação de serviço público: obriga a empresa terceirizada a manter veículos em condições seguras, pontualidade e transparência.

6. Requerimentos

Diante do exposto, requero:

1. Que a Secretaria de Transporte Escolar responda formalmente sobre:

Nomes completos e registros de todos os motoristas e monitores.
Se estão devidamente qualificados e cursos em dia.

Plano de rota oficial do transporte escolar (ida e volta).

2. Que seja instaurada fiscalização imediata da empresa terceirizada, com possível rescisão contratual, diante das falhas e riscos reiterados.

3. Que seja apurada a conduta da monitora Letícia, por sua postura intimidadora, sexista e antiética.



4. Que a Câmara Municipal e o Prefeito se manifestem publicamente sobre a omissão do Secretário de Transporte, sob pena de responsabilidade solidária.

5. Que, persistindo a omissão, seja encaminhada denúncia oficial ao Ministério Público e demais órgãos fiscalizadores (como Tribunal de Contas e Ministério da Educação).

Declaro ainda que não aceitarei mais a justificativa de “falta de sinal de internet” como desculpa para a ausência de comunicação com os pais, pois se houve possibilidade de contato com o proprietário, também haveria obrigação de contato imediato com os responsáveis.

Nada mais

Jhonatan Dias Bernardo da Silva

